

PATRIMÔNIO, MEMÓRIAS E PRÁTICAS SOCIAIS: A IGREJA MATRIZ DE SÃO PEDRO DO MONTE DA MURITIBA EM PERSPECTIVA HISTÓRICA

Crislane dos Santos Fagundes (Graduada UFRB)

Resumo

O artigo pretende abordar, através de uma análise historiográfica, a Igreja de São Pedro de Muritiba como patrimônio histórico do Recôncavo baiano a partir do estudo qualitativo dos bens patrimoniais que compõem o edifício histórico, além de relacionar o monumento com a memória coletiva local. Construída no final do século XVIII e marco inicial da antiga freguesia, a Igreja localiza-se na cidade de Muritiba, na Bahia, no trajeto de uma antiga estrada rumo aos sertões. Deste modo, o presente estudo visa apresentar como este monumento reflete as práticas culturais da cidade como um espaço de convivência secular.

Palavras-chave: Igreja. Patrimônio. Memória. Muritiba. Bahia

Abstract

The article intends to approach, through a historiographical analysis, the Church of São Pedro de Muritiba as historical heritage of the Bahia Recôncavo from the qualitative study of the patrimonial assets that compose the historic building, in addition to relating the monument with the local collective memory. Built at the end of the 18th century and the initial landmark of the old parish, the Church is located in the city of Muritiba, in Bahia, on the path of an old road towards the sertões. In this way, the present study aims to present how this monument reflects the cultural practices of the city as a space of secular coexistence.

Keywords: Church. Heritage. Memory. Muritiba. Bahia

Introdução

A Igreja Matriz de São Pedro, situada na cidade de Muritiba, na Bahia, teve a sua construção iniciada no final do século XVIII, no local onde havia a capela e o mosteiro que deram origem à cidade. Foi concluída no século XIX, apresentando na sua fachada, azulejos e talha em estilo rococó, além de possuir um excelente acervo de imaginária dos séculos XVIII e XIX (Inventário, 1996). Nos dias atuais, embora tendo sofrido transformações, ainda guarda grande parte do aspecto original, seu estilo arquitetônico, talha, painéis em azulejaria e imaginária, se constituindo em um

importante documento para estudos relativos à cidade. Não obstante, a valorização do templo enquanto patrimônio ultrapassa suas características estéticas, visto que, trata-se de um monumento com grande importância social.

A motivação para tal pesquisa reside no fato de que é necessário valorizar a Igreja de São Pedro como patrimônio histórico, lugar de memória e de construção coletiva, ressaltando a sua expressividade no que tange aos elementos artísticos e bens móveis que ela possui.

Este trabalho se divide em três partes principais, além de introdução e considerações finais. Na primeira, aborda-se a história da freguesia de São Pedro do Monte da Muritiba, que se confunde com a própria história da sua Igreja matriz. Na segunda parte, realiza-se uma breve discussão teórica sobre patrimônio, seguida de imagens e da descrição e do seu acervo patrimonial. Na terceira e última parte, discute-se sobre memória e a relação que a população local possui com o patrimônio.

Histórico da cidade

A cidade de Muritiba está localizada no recôncavo da Bahia, a 114 quilômetros de distância de Salvador, tendo sido elevada à categoria de cidade em agosto de 1922, pelo então Governador do Estado J. J. Seabra. A data oficial que se comemora tal ocasião ocorre no dia oito de agosto. Mas o povoamento da serra, situada a 213 metros acima do nível do mar é bem mais antigo. Na realidade, o início do povoamento por exploradores europeus em Muritiba ocorreu desde meados do século XVI. Segundo (Santos, 2007, p. 27), a partir da criação do cargo de Governador Geral e da fundação da cidade de Salvador, vieram para a colônia brasileira os primeiros padres jesuítas. É neste o contexto, que se tem notícia dos portugueses com os primeiros contatos com as terras “muritibanas”. O escritor Nelson Brito Cardoso (2012), ao mencionar outro escritor muritibano, Anfilófilo de Castro, afirma que a fundação do arraial de Cachoeira em 1575 é o período do embrionário povoamento de Muritiba.

Os jesuítas foram fundamentais no processo de colonização portuguesa no Brasil, os primeiros padres da Companhia, chegaram a Salvador, no ano de 1549, com Tomé de Souza. No Recôncavo, a presença jesuíta ocorreu como

desdobramento de sua inserção no universo econômico colonial, inclusive também como proprietários de terras e engenhos. Segundo Santos, (2007, p. 27) a dimensão cultural da colonização não estava distante da catequese, com as devidas manifestações públicas de aceitação de uma nova fé e cultura. Assim, conforme argumenta o autor (2007, p. 27), tanto colonos, como missionários queriam a completa transformação dos nativos em trabalhadores obedientes ao padre e ao patrão. Santos (2007, p.27) salienta ainda, que por meio de uma contribuição diversificada, a Companhia de Jesus marcava sua forte presença no mundo colonial em seu amplo conjunto de igrejas, casas, residências, terras, fazendas e engenhos, revelando a amplitude do empreendimento inaciano no Brasil colonial e confirma a relevância não apenas religiosa, mas também política, cultural e econômica.

É dentro desta perspectiva da Coroa portuguesa de povoar com maior eficiência a sua colônia, que o povoado de São Pedro Velho do Monte da Muritiba surgiu, quando os exploradores portugueses e os jesuítas ali se estabeleceram, aproximadamente no mesmo período da criação do arraial da Cachoeira, em 1575. Nesta época, segundo Cardoso (2012), houve a construção de dois estabelecimentos, uma igreja para aglutinação e para práticas religiosas dos colonizadores ou para os nativos convertidos ao catolicismo, e uma Casa de Misericórdia para atendimento aos doentes. Segundo o autor, existem duas explicações para o desaparecimento de tais edificações. Sendo uma das versões, a de que foram destruídas com a invasão holandesa no ano de 1624 (CARDOSO, 2012, p. 21), e outra, que as construções tenham sido iniciadas e interrompidas com a construção da Igreja de São Pedro.

A ampliação econômica da produção açucareira e fumageira no Recôncavo coadunaram com os interesses da Igreja Católica em impulsionar a expansão catequética, surgindo a partir do século XVIII inúmeras freguesias – povoação sob o aspecto eclesiástico – e suas respectivas paróquias. Com Muritiba não foi diferente, tendo sua freguesia sido criada no ano de 1705.

O tempo trás à fluência o ano de 1701. Dom Pedro II, de Portugal, há por bem chamar à substituição de Dom João Franco de Oliveira, Dom Sebastião Monteiro da Vide, notável ilustração nas letras canônicas e históricas, portador de acrisoladas virtudes apostólicas e de forte espírito, sobejo de capacidade para o exercício do elevado múnus que o grande critério do rei lhe confiara. Do arcebispo da

metrópole primacial do Brasil, com sede na Bahia, foi ele o quinto da série. No seu proveitoso episcopado de representação sua, foram criadas vinte freguesias, em cuja onda entrou Buritiba, ou Muritiba, se esse tempo o vício havia já alterado a feição do seu nome. (CARDOSO, 2012, p. 46-47).

No final do século XIX, mais precisamente no ano de 1889, fim do segundo reinado, São Félix foi desmembrada do município de Cachoeira, passando Muritiba a partir daquele momento, a ser distrito de São Félix. Segundo (Cardoso, 2012), após exatos trinta anos, em 1919, Muritiba foi elevada à categoria de município, se desvinculando oficialmente de São Félix. A partir desse momento, Muritiba passou a ser detentora de terras ao norte, que anteriormente pertenceram respectivamente à Cachoeira e São Félix. Foram essas: Cabeças (atual Governador Mangabeira), e São José do Aporá (atual São José do Itaporã).

Atualmente Muritiba preserva várias manifestações culturais, como grupos musicais, folclóricos e de dança. Além disso, possui também um interessante patrimônio natural, cultural e arquitetônico, com excelente vocação turística. Os principais locais com estas características são: Fonte da Baixinha, fonte do Caquende e fonte dos Padres, esta última, segundo relatos historiográficos, visitada pelo Imperador D. Pedro II na segunda metade do século XIX.

Dentre outros patrimônios, pode-se mencionar a Casa do Dendê, a Igreja do Bonfim construída no século XIX e a Igreja de São Pedro, esta do século XVIII e objeto deste estudo, considerada por Cardoso (2012, p. 39) como a certidão de nascimento da cidade. As filarmônicas locais também compõe o rico patrimônio muritibano. São Pedro é o padroeiro da cidade, a festa é comemorada no período de 27 a 29 de junho, no feriado é realizado uma missa solene, seguida de procissão. A parte profana desta mesma festa é chamada tradicionalmente de Forró da Serra, este nome é uma alusão à posição geográfica da cidade, e ao fato de ser uma das únicas cidades do recôncavo baiano a realizar a festa em homenagem ao Santo.

Como na maioria das igrejas construídas no período colonial, a Igreja Matriz de São Pedro era o lugar central de convergência e socialização da freguesia. Além de estar no centro, a igreja era uma das alternativas de vida social para cavalheiros, damas e sinhás, momento em que exibiam seus trajes e jóias. Porém, para o templo, também convergiam os interesses políticos, econômicos e de ascensão

social, até mesmo para as classes menos abastadas e escravizados, adeptos ou resultantes do sincretismo ou do paralelismo religioso, participavam de práticas católicas como forma de inserção social. Portanto, a Igreja de São Pedro também é lugar de memória, uma vez que, ainda continua sendo local de prática dos rituais religiosos que ensejaram a sua fundação, bem como, embora transformados ao longo do tempo, ainda continua sendo local dos encontros sociais, políticos e econômicos, devidamente atualizados e adaptados aos novos costumes.

O patrimônio e a conservação de monumentos históricos

Entende-se por patrimônio quaisquer bens materiais ou imateriais. Uma importante definição de patrimônio está presente no art. 1º da Lei 378 de janeiro de 1937 que criou o SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional), conforme a lei:

Art 1º Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja a conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

Além da referida lei, alguns autores conceituam patrimônio de diferentes maneiras. Françoise Choay, por exemplo, compreende que:

Patrimônio histórico é a expressão que designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes dos seres humanos (CHOAY, 2001, p.11)

Percebe-se que Choay define patrimônio a partir de sua relação com uma comunidade, ou seja, a ideia de que o patrimônio necessita de uma percepção comum de um grupo de indivíduos sobre determinado bem.

Outro importante autor que define patrimônio, ou monumento, é Alöis Riegl. Consoante a ele:

Por monumento, no sentido, mais antigo e verdadeiramente original do termo, entende-se uma obra criada pela mão do homem e edificada

com o propósito preciso de conservar presente e viva, na consciência de gerações futuras, a lembrança de uma ação ou destino (ou a combinação de ambos). Pode-se tratar de um monumento de arte ou de escrita, segundo o evento a imortalizar, e levado ao conhecimento do espectador pela expressão das artes plásticas ou com o auxílio de uma inscrição. [...] quando falamos, de culto e proteção modernos de monumentos, não nos referimos a monumentos intencionais, as a “monumentos artísticos e históricos” de acordo com a denominação oficial até hoje em vigor, pelo menos na Áustria (RIEGL, 2006, p.43).

Para complementar esta definição abrangente do que é patrimônio, soma-se a contribuição de (Bruno, 2005, p. 33). A autora define Patrimônio Comunitário, Patrimônio Integral e Referência Patrimonial. Patrimônio Comunitário, para Bruno, seria “o conjunto de bens partilhados por um grupo de pessoas em um espaço delimitado e ao longo do tempo, cuja preservação é importante para a identidade cultural do grupo”. Esta definição vai ao encontro da valorização da Igreja Matriz de São Pedro como patrimônio dos muritibanos. A segunda definição, Patrimônio Integral, para a autora seria “o conjunto de bens que devem ser preservados para a identidade e integridade dos seres vivos”. E por último, Referência Patrimonial, que é definido como “elemento extraído do universo patrimonial, significativo em relação a um conjunto maior, e que sua preservação pode representar o universo referido”.

A preocupação com o patrimônio, assim como a criação dos museus, é muito anterior a própria definição de Museologia. As primeiras medidas em favor dos monumentos, segundo Riegl (p.55-56), nasceu no Renascimento italiano que por questões patrióticas manifestavam um culto às antiguidades, sobretudo artísticas. Contudo, a grande valorização do monumento histórico iniciou-se nos séculos XVIII, com escavações que descobriram cidades inteiras, e com a valorização no século XIX, na Inglaterra e França, dos monumentos nacionais, a partir da criação de cargos e leis que fiscalizassem e preservassem tais documentos históricos. Se por um lado, desde a Antiguidade, os objetos de fácil manuseio e transporte foram alvos de colecionadores, o mesmo não poderia ter ocorrido com os monumentos históricos. Alvos dos modismos arquitetônicos de época, muitos sucumbiram ou perderam suas características originais antes de serem preservados. Contudo, as ações iniciadas na Europa do século XIX, que repercutiram posteriormente no Brasil,

resultaram numa consciência da necessidade de proteção de qualquer objeto que represente uma época.

Raízes da preservação do patrimônio edificado no Brasil

As primeiras considerações a respeito da conservação e restauração do patrimônio edificado apareceram na França no final do século XVIII. De acordo com Kuhl (2003, p.18), a partir de exercícios teóricos, estudantes da Academia de França em Roma, ao estudarem monumentos da Antiguidade Clássica tinham a tarefa de elaborar reconstituições hipotéticas. Fortemente influenciado por questões nacionalistas, a valorização dos monumentos históricos iniciada na França no limiar do século XIX, foi uma tarefa árdua e, sobretudo no que diz respeito, não apenas a sua valorização, enquanto objeto histórico e artístico, mas em “demonstrar que não eram obstáculos ou entraves a serem eliminados ou destruídos para vagar lugar ao novo modo de urbanização” (CHOAY, 2006, p.144). O primeiro passo foi dado quando em 1830 Guizot criou, por decreto, o cargo de inspetor dos monumentos históricos, partindo para tombá-los antes que fosse tarde. A criação da Comissão dos Monumentos Históricos em 1837 auxiliou na distribuição de fundos do Estado para a manutenção e restauração dos edifícios tombados. Segundo Choay (2006, p.148), diferentemente da proteção britânica, os financiamentos franceses eram parcos e não havia ajuda do mecenato, causando “a morte” de inúmeros monumentos por falta de recursos. A primeira lei francesa foi criada apenas em 1887, com promulgação para regulamentá-la em 1889, tendo sua forma definitiva somente em 1913. Ainda conforme Choay, a lei de 1913 não deixou de ter:

morosidade da burocracia, redução progressiva do papel ativo, estimulante e anticonformista dos voluntários, substituídos por funcionários (...) vazio doutrinal que constitui o contexto administrativo, técnico e jurídico dos procedimentos. (CHOAY, 2006, p.148).

Na Inglaterra do século XIX também surgiram intelectuais preocupados com a conservação dos monumentos históricos, ao considerarem essenciais para a compreensão do presente. Opositor ao grande número de intervenções pregadas por Viollet-Le-Duc na França para a reconstituição de edifícios históricos, Ruskin

afirma que a arquitetura é um meio de conservamos o que temos com o passado formador de nossa identidade. A salvaguarda do patrimônio edificado no Brasil, que se inicia nas primeiras décadas do século XX, está nitidamente relacionada às questões nacionalistas. Visto que, não há projeto de nação consistente, sem um passado heróico ou produtivo artisticamente, iniciou-se assim, a proteção de monumentos e objetos devido ao seu valor histórico e artístico. De acordo com Fonseca (2005, p.82)

...a partir de denúncias de intelectuais sobre o abandono das cidades históricas e sobre a dilapidação do que seria um “tesouro” da Nação, perda irreparável para as gerações futuras, pela qual as elites e o Estado seriam chamados a responder, inclusive perante as nações civilizadas, o tema passou a ser objeto de debates nas instituições culturais, no Congresso Nacional, nos governos estaduais e na imprensa. (FONSECA, 2005, p.82)

Pioneiro na valorização do patrimônio edificado no Brasil, Gustavo Barroso, criou em 1934, a Inspetoria dos Monumentos Nacionais, vinculado ao Museu Histórico Nacional, sendo desativada em 1937, com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Os trabalhos da Inspetoria limitaram-se à cidade de Ouro Preto, antiga Vila Rica, que exercia um deslumbramento em Barroso, sendo considerada “a alma da pátria”. Os trabalhos realizados em diversos monumentos por Barroso foram de grande eficácia, mas, não impediu que o Ministro Gustavo Capanema encomendasse ao modernista Mário de Andrade um anteprojeto de um serviço de proteção ao patrimônio. Vale ressaltar que não era apenas Barroso que enxergava Ouro Preto como “berço da nação brasileira”, os modernistas também eram apaixonados pela cidade, realizando diversas caravanas “em busca do Brasil” onde o “progresso capitalista” ainda não tinha posto “suas garras”. Ao cabo, o projeto dos modernistas foi vitorioso, tanto na disputa pela hegemonia, quanto no discurso para as políticas de preservação.

O anteprojeto desenvolvido para a criação do SPHAN por Mário de Andrade colocou as artes eruditas e populares em um mesmo patamar de importância enquanto representativas da nação. Segundo Fonseca (2005, p.99), Andrade se preocupou em explicar cada categoria de arte “arte arqueológica, arte ameríndia, arte popular, arte histórica, arte erudita nacional, arte erudita estrangeira, artes

aplicadas nacionais e artes aplicadas estrangeiras”. São características do anteprojeto de Mário de Andrade: a preocupação em resguardar os bens culturais em sua totalidade; sentidos diversificados e amplos, dados à arte; concepção de patrimônio avançada para a época; objetivo de envolver todo o universo da produção cultural; prioridade ao inventário de bens, que investiga o patrimônio, no sentido de desvendar a cultura nacional, de conhecer sua diversidade, contudo, tudo isso não passou de um anteprojeto.

O que estabeleceu os meios legais para a atuação do SPHAN foi o decreto-lei de 30 de novembro de 1937, elaborado por Rodrigo Melo Franco de Andrade, tendo como principal mecanismo de proteção dos monumentos históricos, o tombamento. Segundo Fonseca:

O tombamento surgia, assim, como uma fórmula realista de compromisso entre o direito individual à propriedade e a defesa do interesse público pela preservação de valores culturais. Essa solução se tornou possível na medida em que a Constituição de 1934 estabeleceu limites ao direito de propriedade, definindo-lhe o conceito de função social. Por outro lado, em 47 termos econômicos, ao garantir ao proprietário não só o uso como a posse do bem material, o intuito do tombamento dispensava, para a finalidade de preservação, a onerosa e praticamente inviável figura da desapropriação. (FONSECA, 2005, p.105).

A gestão de Rodrigo de Andrade foi caracterizada pela valorização do patrimônio edificado em contraposição ao patrimônio imaterial, que havia sido contemplado no anteprojeto de Mário de Andrade. Foram tombados, na sua grande maioria, bens da arquitetura religiosa. Rodrigo de Andrade apontou as justificativas para a escolha destes bens, que segundo ele “avultam, os bens arquitetônicos como núcleo primacial de nosso patrimônio”, e relacionado a preservação é “ mais facilmente praticável a investigação a seu respeito”.

Após a gestão de Rodrigo de Andrade, o IPHAN passou por um ordenamento no que diz respeito às carências operacionais e a valorização da cultura do colonizador, incluindo as manifestações culturais e a cultura popular no rol dos bens salvaguardados pelo IPHAN. Os monumentos históricos, simbolizados principalmente pela arquitetura civil e religiosa continuaram a ser os principais bens tombados, todavia, com o decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, passou-se a

considerar os registros dos Saberes, das Celebrações, das Formas de Expressão e dos Lugares.

O patrimônio da Igreja Matriz de São Pedro

Após uma breve discussão teórica sobre patrimônio em alguns países ocidentais e no Brasil, adentraremos no acervo patrimonial do presente objeto de estudo. O principal acervo da Igreja matriz de São Pedro, indubitavelmente, é ela própria, devido ao seu valor histórico documental, datado do século XVIII.

Para começar, vejamos uma imagem fotográfica frontal da Igreja Matriz de São Pedro de Muritiba datada dos anos de 1950.

Imagem 1 – Igreja Matriz de São Pedro anos 1950



Fonte: Jandira Simões, 1950.

Conforme observa-se na Imagem 1, o edifício possui planta de nave única, com duas sacristias superpostas por consistórios. Verifica-se também, que a fachada principal é subdividida em três partes por pilastras que suportam a cornija, sobre a qual assentam três frontões recortados. Três portas de acesso e cinco janelas de coro vazam o frontispício.

A sua fachada, assim como a talha e os azulejos no interior do edifício pertencem ao estilo Rococó. Vê-se na Imagem 1 a área em frente à igreja, antes de se tornar conhecida como Praça de São Pedro.

Na área externa, ao lado do templo, encontra-se uma imagem de São Pedro (Imagem 2) em fibra de vidro, pintada na cor cobre que ratifica a importância e veneração ao santo padroeiro da cidade.

Imagem 2 – Imagem de São Pedro



Fonte: Autora (2020).

Na parte interior da Igreja nos deparamos com belos exemplares de imaginária, azulejaria e talha, cuja cada objeto conta um pouco da história do templo e demonstram como os muritibanos lidam com a questão religiosa e quanto estavam dispostos a investir para que o templo fosse belo aos olhos de Deus e dos homens. A primeira peça a ser descrita pertence à imaginária do templo, um Cristo crucificado conforme se ver a seguir (Imagem 3)

Imagem 3 – Cristo crucificado



Fonte: Autora, 2020.

O cristo crucificado data do século XIX, foi confeccionado em metal e madeira entalhada e policromada nas cores marrom, vermelho e bege encarnação, apresentando já algumas restaurações. A imagem tem relevância histórica devido às características artísticas e iconográficas da peça.

Seguindo a descrição das imagens, encontra-se no transépto, do lado direito a imagem de Nossa Senhora do Rosário. (Imagem 4)

Imagem 4 – Nossa Senhora do Rosário



Fonte: Autora (2020).

Pertencente ao século XIX, em madeira entalhada e policromada, também já sofreu restaurações. Na imagem houve repintura nas cores marrom, amarelo, azul, verde e vermelho carnação cor de rosa e olhos de vidro em ambos; dourado com repintura na técnica a óleo, de acordo com o inventário do IPAC (2006). Possui características de peças barrocas do século XVIII. Percebe-se que se trata de Nossa Senhora do Rosário devido ao seu principal atributo, o rosário, na mão direita. A devoção está relacionada à aparição da Virgem à São Domingos no combate a heresia. Os principais ornamentos da peça são: folhagens, rosas, estrelas e folhas estilizadas. Ornamentação: folhagens, rosas, estrelas, folhas estilizadas.

Partindo para a descrição dos bens móveis integrados, é de grande importância artística o altar-mor localizado na capela-mor.

Imagem 5- Altar-mor da Igreja Matriz de São Pedro



Fonte: Autora, 2020.

Datado do século XIX e confeccionado em tijolo, pedra, madeira, alvenaria e entalhe, é um belo exemplar do Neoclássico que sofreu repinturas ao longo dos anos. Devido a sua composição, o conjunto provavelmente foi feito em dois tempos. A estrutura neoclássica deve datar do século XIX, enquanto os camarins, ao que tudo indica, foi feito no século XX, em substituição ao trono que deveria ali existir. Inventário do IPAC (2006).

Possui como símbolos, aspectos relacionados ao padroeiro e ao estilo da época; tiara com duas chaves cruzadas, (símbolo pontifical) e principal atributo da iconografia de São Pedro, o primeiro Papa. As chaves simbolizam o poder terreno e o celestial; feixes de ramos de trigo e cachos de uvas simbolizam a Eucaristia. Ornamentação: frisos em óvalos e dardos, dentelos, barras paralelas, redenturas, mísulas, cálice de folhas, curvas, contracurvas, volutas, laços, formas de jarro e pinhas estilizadas.

Outro importante bem móvel integrado ao templo, é o arco-cruzeiro (Imagem 6).

Imagem 6 - Arco Cruzeiro



Fonte: Autora (2020).

Localizado no transépto, também do século XIX, em madeira, recorte e entalhe produz uma harmoniosa decoração interna. Segundo o Inventário do IPAC (2006), é composto de pilastras contornadas por molduras salientes, no centro, larga cercadura de formas elípticas contendo rosáceas; as pilastras apoiam-se sobre 32 socos. Rematando as pilastras, cornija em ressalto sustentando arco contornado por molduras em ressalto. No intradorso, cercadura de formas elípticas contendo rosáceas, o arco é centrado por fecho com ornato em forma de cartela com volutas.

Outros elementos dos bens móveis integrados do templo são os retábulos localizados nos transéptos na lateral esquerda e direita, também do século XIX, em madeira, vidro, recorte e entalhe que sofreu repinturas ao longo dos anos. Compõem de maneira harmoniosa os aspectos internos do edifício.

Imagem 7- Retábulo lateral esquerdo



Fonte: Autora, 2020.

A pia batismal da Igreja Matriz de São Pedro confeccionada em pedra, além do valor artístico, possui um estimado valor histórico. De acordo com CASTRO (1941, p.73), em nove de julho de 1847, o poeta dos escravos Castro Alves foi batizado na Igreja Matriz de São Pedro, aos quatro meses de vida, pelo Padre João do Monte Olivete Paiva, na pia que se pode ver na imagem a seguir

Imagem 8 – Pia batismal da Igreja matriz de São Pedro



FONTE: Autora (2020).

Por último, analisaremos a importância dos azulejos na composição dos elementos artísticos e históricos da Igreja Matriz de São Pedro. Usados para a doutrinação de fiéis, a azulejaria foi um relevante recurso face ao número de analfabetos entre os católicos no Brasil, até meados do século XX.

Os azulejos que fazem parte da Igreja Matriz de São Pedro, segundo Cardoso, (2012, p. 284), vieram de Portugal e foram anexados à Igreja no momento de sua construção. Existem apenas mais dois do mesmo estilo no Brasil, um situado na Igreja do Rosário dos Pretos, em Salvador, e outro na Igreja de Nossa Senhora do Pilar, no Rio de Janeiro.

Painéis de azulejos portugueses, policromados, em estilo rococó, formam conjunto composto por 12 quadros que contam a passagem de São Pedro no Apostolado de Cristo.

No templo, os azulejos estão relacionados à vida de São Pedro e foram produzidos no século XIX. Apresenta características dos painéis oitocentistas, mas com elementos próprios desse período. Ornamentação Rococó, manutenção de figuração Maneirista ou Rococó, e acréscimo de cores além do branco e azul básico.

Imagem 9 – Imagem de cena bíblica do azulejo da Igreja matriz de São Pedro



FONTE: Autora (2020).

A descrição apresentada pelo Inventário do IPAC (2006) é a seguinte: Painel retangular com cena representando, ao centro, figura masculina de aspecto idoso; calvo, barba longa; em genuflexão, segurando nas mãos um peixe. Usa túnica e manto. Compõem o cenário um rio, nuvens, figuras de pescadores, vegetação, arvores; no fundo, casas. Envolvendo o painel, ornatos em rocailles, palmas, ramalhetes com heléboros, rosas e folhagens nas cores azul, rosa e verde. Remetendo a parte superior e inferior do painel, formas de molduras em amarelo, campo em escaiola azul.

A Imagem 10, refere-se a um painel de azulejo fotografado pertence à passagem bíblica (Mt. 28,18-20) em que Pedro prega a Boa Nova à multidão.

Imagem 10- Painel de azulejo na Igreja Matriz de São Pedro



FONTE: Autora, 2020.

Possui as mesmas características de ornamentação Rococó do painel anterior (Imagem 9). A ornamentação ou moldura do painel é realizada com rocailles, heléboros, rosas, folhagem, formas de pilastras, várias molduras, palmas. A descrição conforme o inventário do IPAC (2006) é de que o painel descreve o momento na vida de Pedro em que o mesmo foi preso por difundir a ideia da ressurreição de Jesus. Em um tribunal de Jerusalém, entre príncipes, senadores e os doutores da lei, como Anás, Caifás, João, Alexandre, Pedro defendeu a ideia da divindade de Cristo.

A Imagem 11 está presente na bíblia em (At. 3,1-11) e se refere a um mendigo pedindo esmola. Pedro e João não dão moedas, porém curam o aleijado, conforme o poder que lhes foi dado por Jesus.

Imagem 11 – Painel de azulejo na Igreja Matriz de São Pedro



FONTE: Autora (2020).

A Imagem 12 também faz parte da série de painéis em azulejaria existentes na Igreja de São Pedro de Muritiba, refere-se à cena bíblica em (Lc.5,1-11), que trata da pesca milagrosa, com Pedro e demais discípulos puxando a rede, conforme se ver a seguir

Imagem 12- Painel de azulejo na Igreja Matriz de São Pedro



FONTE: Autora (2020).

Características estilísticas iguais aos anteriores. A cena relaciona-se ao início da peregrinação de Pedro ao lado de Jesus.

A Imagem 13 refere-se ao quinto painel em azulejaria aqui apresentado, ilustra a passagem bíblica (Mt.14, 22-33) em que Jesus caminha sobre as águas, convidando a Pedro, que submerge, revelando pouca fé no poder do Mestre

Imagem 13- Painel de azulejo na Igreja Matriz de São Pedro



FONTE: Autora (2020).

Possui características de estilo e ornamentação iguais aos anteriores. A descrição iconográfica é a seguinte: Jesus veio a eles na quarta hora da noite, andando sobre as ondas... e o temor fê-los dar um grande grito de pavor... mas imediatamente ele lhes falou, e lhes disse: acalmaivos, sou eu, não temais!. Senhor, disse-lhe Pedro, se sois vós ordenai que eu vá ate vós sobre as águas. Vinde, disse-

Ihe Jesus. E Pedro descendo da barca, andou sobre a água, para ir até Jesus. Pedro tendo medo começou a afundar, Jesus intervindo disse-lhe: “Homem de pouca fé, por que duvidaste?” Há na vida de São Pedro várias passagens ligadas às águas, devido a sua condição de pescador. (IPAC, 2006).

A Imagem 14 é o sexto painel apresentado e ilustra a passagem bíblica (Mt. 16,13-20), ela é fundamental para a Igreja Católica, pois é quando Jesus dá a Pedro a missão de dirigir a sua Igreja.

Imagem 14 – Painel de azulejo na Igreja Matriz de São Pedro



FONTE: Autora (2020).

Na Imagem 14, observa-se o destaque de Pedro em relação aos outros discípulos e a postura do mesmo ao comunicado. Infelizmente há ausência de dois azulejos.

A Imagem 15, refere-se à passagem bíblica (At 5, 29-33) sendo a pregação apostólica de Pedro.

Imagem 15 - Painel de azulejo na Igreja Matriz de São Pedro



FONTE: Autora (2020).

O Painel composto de dois estilos diversos. A parte interna, narrando uma cena, tem características maneiristas, já com tendência ao neoclassicismo. A moldura é caracteristicamente rococó e teve essa função por largo tempo, quando tornou mais suaves as formas barrocas que, no período anterior. O acréscimo de cores, além do azul e branco e típico do período. Infelizmente há a ausência de quatro azulejos, sendo notável a necessidade de restauração no conjunto.

A Imagem 16 pode ser encontrada na bíblia em (At 5, 26-30), chamado o julgamento de Pedro possui as mesmas características estilísticas do painel anterior.

Imagem 16 - Painel de azulejo na Igreja Matriz de São Pedro



FONTE: Autora (2020).

A Imagem 17, décima cena bíblica da azulejaria da Igreja de São Pedro de Muritiba, encontra-se em (At 4, 1 -4), sendo a primeira prisão de Pedro, por conta de pregar novas revelações sobre Jesus. Estilo igual aos anteriores.

Imagem 17 - Painel de azulejo da Igreja Matriz de São Pedro



FONTE: Autora (2020).

A Imagem 18, nona cena do templo, pode ser lida na bíblia em (At 5, 17-20) quando Pedro, novamente é preso e acorrentado, e libertado por um anjo. Possui a mesma característica mista de estilos dos painéis anteriores. O painel mostra o anjo se desvencilhando dos soldados de forma grandiosa.

Imagem 18 - Painel de azulejo da Igreja Matriz de São Pedro



FONTE: Autora (2020).

A Imagem 19 pode ser encontrada em (Mt 28, 18-20), onde Pedro cura enfermos. A figura central e firme do apóstolo contrasta com os enfermos que ladeiam o painel. Estilo igual aos demais painéis.

Imagem 19- Painel de azulejo da Igreja Matriz de São Pedro



FONTE: Autora (2020).

A Imagem 20, último painel aqui apresentado pode ser encontrado na bíblia em (Mt 26, 73-75), sendo a famosa negação de Pedro à Cristo. A passagem bíblica, talvez a mais conhecida do apóstolo é retratada de maneira triunfal: a postura de quem pergunta é irônica, zombeteira, a de Pedro assustado, e ao canto, um público que assiste a negação do discípulo.

Imagem 20- Painel de azulejo da Igreja Matriz de São Pedro



FONTE: Autora (2020)

A relação Memória e História em monumentos históricos

O monumento histórico contém na sua formação, memória e história. Como documento, o monumento contém história, pois foi cenário de algo que aconteceu com suas características ligadas as questões: políticas, econômicas e sociais de uma determinada época. Como algo que ainda existe e que faz parte de um determinado contexto sofrendo reapropriações e novos usos, o monumento é local de memória, pois sua escrita, sua participação na construção de características da sociedade, ainda não cessou.

A Igreja de São Pedro nos seus mais de trezentos anos desde sua construção é um local de história e memória e por isso valorizada como patrimônio representativo da história do Recôncavo e monumento evocativo de memórias que continuam a serem constituídas.

Segundo Santos (2003, p.71), analisando a obra de Halbwachs, a respeito da memória, nos diz que a memória individual é a “expressão da composição arbitrária formada pelos quadros sociais da memória com que um indivíduo se defrontava durante sua vida”. Os indivíduos recordam a partir de quadros sociais, que selecionam o que será perpetuado, nossas lembranças só existindo em relação às lembranças que existem no nosso entorno. A memória individual só existe por conta da existência da memória coletiva, porque quando lembramos ou esquecemos de algo, este, é pré-condicionado as características do grupo. A memória está presente nas reconstituições que fazemos do passado. Segundo Santos (2003, p.93) ”o que recordamos não é exatamente igual ao que já aconteceu, uma vez que

ao mesmo tempo em que construímos o passado, ele também nos constrói”. A memória é instável e molda-se à medida que os acontecimentos vão ocorrendo. Para Le Goff :

...a memória coletiva não é somente uma conquista, é também um instrumento de poder, cabendo aos profissionais científicos da memória fazer da luta pela democratização da memória social um dos imperativos prioritários da sua objetividade científica. (LE GOFF, 2006, p.470).

Dessa maneira, uma busca pela perpetuação das memórias de maneira natural é a busca pela manutenção da identidade. É um instrumento de poder a favor ou não da manutenção das relações sociais.

A história ocorre quando a memória não mais existe, pois a memória deixou de ser construída. A história é observada de diversas formas, sendo que cada autor, pode oferecer um olhar completamente diferente sobre a mesma coisa. Por exemplo, ao narrar a história da formação da cidade de Muritiba, muitos historiadores irão relacionar a edificação da velha Igreja de São Pedro aos jesuítas, contudo, haverá aqueles que darão maior enfoque à antiga estrada que ligava o porto da Cachoeira aos sertões. A escrita da história permite a inclusão ou exclusão de determinados elementos que constitui o enredo e torna-se documento, assim como a memória no seu discurso oral seleciona aquilo que será perpetuado para as gerações futuras. Para Santos:

Enquanto a história representa a esquematização arbitrária do passado com seus cortes artificiais estabelecendo sequências e períodos, a memória coletiva representa uma corrente de pensamento que envolve seres humanos reais relacionando-se uns com os outros. O passado que existe no presente é o passado que existe na consciência do grupo. Os indivíduos sempre constroem o passado de acordo com preocupações e situações presentes. Como as imagens do passado são resultado da relação entre o indivíduo e seu grupo, a história só é possível quando a tradição está acabada, ou seja, no momento onde a memória coletiva deixa de existir. (SANTOS, 2003, p.85).

Ao observarmos a relação Memória e História a qual se insere a Igreja Matriz de São Pedro, analisamos o edifício como um objeto perpetuado ao longo do

tempo por fazer parte da memória dos muritibanos. Se o templo religioso continuou a exercer as suas funções e não foi substituído por uma construção mais moderna é porque continua inserido no cotidiano da população. Para Ventura Os objetos da cultura material resultam da experiência da vida cotidiana e são formadores e identificadores das identidades dos grupos. Eles são portadores de informações para diversos campos do conhecimento e são produtos culturais e depositários de memórias. Ventura (2005, p.447-448). Ele:

...explora as duas vertentes do objeto como portador de memória e portador de história. No caso específico da Igreja de São Pedro os dois aspectos confundem-se e mesclam-se pois já há uma escrita da história sobre o monumento, contudo, um livro não finalizado pois ele continua inserido nas relações sociais. Relacionado a história, o autor (2005, p.448) afirma: Os objetos da cultura material são produtos de uma história: remetem às tradições identificadas pelo grupo com suas marcas distintivas, específicas e identitárias. Ao serem selecionados e expostos, falam dos modos de viver e de pensar compartilhados no momento da confecção do artefato ou do objeto artístico. (VENTURA 2005, p.447-8).

Como locais de memória tangíveis, os monumentos são passíveis de interferências humanas que utilizam este objeto de acordo com o costume do seu tempo. Por tratar-se de um bem de notável valor histórico algumas interferências que seriam extremamente comuns para um objeto em uso não é possível para manter intacta as suas características históricas. A Igreja de São Pedro de Muritiba existe em um dilema intrínseco à este tipo de monumento, entre manter a história preservada, conservando elementos artísticos, ou deixar que a população continue a utilizá-lo, como instrumento de memória, ora selecionando ora descartando aquilo que é necessário às gerações futuras.

O que não deve ocorrer é a perda de locais de memória que causam para a população o fenômeno do distanciamento cultural. Muitos monumentos já sucumbiram por conta da voracidade do capitalismo, contudo, alguns continuam a sobreviver no imaginário da população. Um caso emblemático é a Igreja da Sé em Salvador, que mesmo depois de demolida, em um exercício de imposição de construção de outra memória à população pelos governantes, não ficou esquecida

na memória dos soteropolitanos, que ainda relatam sua beleza. Tornar-se ou não história, também é tarefa de uma comunidade.

A Igreja Matriz de São Pedro oferece aos visitantes vários elementos artísticos e objetos ainda em uso que conta a história da cidade. A Igreja seria, numa comparação simples, o edifício do museu, um edifício histórico com um alto valor para a sociedade, e os elementos que integram o edifício, tais como: pinturas, painéis de azulejaria, talhas e objetos litúrgicos, são os objetos que enriquecem esta exposição.

Apesar de ser um monumento histórico, o que implica evidentemente em algumas restrições, a comunidade local, até o presente momento, após cerca de três séculos de construção, faz pleno uso da Igreja, tanto para manifestações religiosas, a exemplo de missas, batizados e casamentos, bem como, manifestações sociais e culturais, tais como: festas, e atividades culturais das mais diversas na parte externa da Igreja, denominada pela comunidade de largo do São Pedro.

Considerações Finais

A Igreja Matriz de São Pedro, assim como a maioria das Igrejas do Recôncavo baiano construídas no período colonial, nos revelam diversos aspectos culturais, sociais, além de políticos e econômicos. Em uma época em que frequentar um templo religioso católico, ultrapassava o encontro com Deus, a Igreja edificada no alto da serra em homenagem ao primeiro Papa, soube cumprir muito bem o seu papel. Como os diversos templos religiosos de sua época, a Igreja Matriz de São Pedro, está repleta de elementos artísticos de grande valor histórico. Compreendê-lo como patrimônio dos muritibanos e local de memória foi parte importante deste trabalho. As discussões teóricas a respeito de patrimônio e memória tiveram a idéia de inserir o templo no rol dos bens que contam a história de um grupo social.

Quanto à parte prática, se pautou em fotografar e analisar os bens móveis e imóveis integrados que compõem a Igreja, destacando os vários painéis existentes, por ser algo de valor cultural artístico e cultural inestimável, pois como se viu, são peças extremamente raras, Existindo apenas mais dois do mesmo estilo no Brasil, um situado na Igreja do Rosário dos Pretos, em Salvador, e outro na Igreja de Nossa Senhora do Pilar, no Rio de Janeiro.

Referências

ALMEIDA, Adriana Mortara. *O contexto do visitante na experiência museal: semelhanças e diferenças entre museus de ciência e de arte.*

BOITO, Camillo. *Os Restauradores*. 2ª Ed. Tradução beatriz Mugayar Kuhl e Paulo Mugayar Kuhl. Atêliê Editorial, São Paulo, 2003.

BRUNO, Cristina. *Principais campos da ação museológica*. Artigo apresentado no seminário CCBB, julho de 2004.

CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. *Imagens de vida, trabalho e arte um estudo de caso de documentação museológica: a coleção de imaginária do museu Dom José (Sobral-Ceará- Brasil)*. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 12, 1998.

CARDOSO, Nelson Brito. *Muritiba- Resgatando a sua história. Uma coletânea através dos tempos*. Muritiba: JM Gráfica e editora, 2012.

CASTRO, Anfilófilo de. *História e estrela de Muritiba*. Edição independente, 1941.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Tradução de Luciano Oliveira Machado. 3. Ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

CURY, Marília Xavier. *Comunicação e pesquisa de recepção: uma perspectiva teórico-metodológica para os museus*. V.12 (suplemento), p. 365-380, 2005.

CURY, Marília Xavier. *Exposição: concepção, montagem e exposição*. São Paulo: Annablume, 2005. Capítulo I: O campo de atuação da Museologia.

CURY, Marília Xaxier. *Marcos teórico e metodológicos para recepção de museus e recepções*. Unirevista - Vol. 1, nº 3: (julho 2006).

Decreto-Lei nº3.551, de 4 de agosto de 2000.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação do Brasil*. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinClphan, 2005.

PRADO JR., C. *História Econômica do Brasil*. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1970. Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados. Vol. 38, modulo III- Recôncavo e Extremo Sul. Muritiba/ Bahia. Igreja Matriz de São Pedro. Salvador: IPHAN, 1996.

LE GOFF Jaques. *História e Memória*. Campinas: UNICAMP, 2006.

Lei nº 378 de janeiro de 1937, sobre cria o SPHAN. Paróquia de São Pedro do Monte da Muritiba 300 Anos. 30 Anos de Sacerdócio do Padre José Oliveira Santos. Junho/2005.

RIEGL, Alois. *O culto moderno dos monumentos: sua essência e sua gênese*. Tradução Elaine Ribeiro Peixoto e Albertina Vicentine. Goiânia: Ed. Da UCG, 2006.

SANTOS, Fabricio Lyrio. *Da catequese à civilização. Colonização e povos indígenas na Bahia (1750-1800)*. 2012. Tese (Doutorado em Pós-Graduação em História) - Universidade Federal da Bahia.

SANTOS, Fausto Henrique dos. *Metodologia aplicada em museus*. São Paulo: Editora Mackenzie, 2000.

SANTOS, Myriam Sepúlveda dos. *Memória coletiva e teoria social*. São Paulo: Anablume, 2003.